

Desafio dramático

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

No feriado de 12 de outubro de 1977, o Palácio do Planalto amanheceu protegido por soldados e atradores de elite em posições estratégicas. O presidente da República decidira exonerar seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que era abertamente contrário ao processo de abertura lenta e gradual na política brasileira. Naquele Dia de Nossa Senhora Aparecida para os católicos ou de comemorar a descoberta da América, ocorreu o confronto decisivo entre os partidários da democracia e os defensores do regime fechado conduzido pelos militares.

Os herdeiros daquela turma de perdedores se espalharam pela babel brasileira. Uns se envolveram com o negócio das drogas, que no final dos anos setenta passou a ter maior presença no Brasil. Os jogos de azar atraíram alguns, outros decaíram para o grupo de ladrões profissionais do erário e milicianos que infestaram áreas não protegidas pelos governos locais e nacional. Militares indignados sempre houve. O jovem militar Jair Bolsonaro foi punido por tentar colocar bomba no quartel por causa de baixos salários. Ele sempre se manifestou contra a anistia.

Teve início precisamente naquele momento o lento processo de organização recente da extrema direita no Brasil. A insatisfação na caserna era grande. Na década de 1980, houve uma série de explosões de bomba em jornaleiros e até na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. A mais séria delas ocorreu em 1981 quando dois militares do Exército tentaram explodir a estação de energia do Riocentro — enorme

centro de convenções na Barra da Tijuca — durante a realização de um show de música popular. A bomba explodiu antes da hora, matou o sargento e feriu gravemente um capitão. O Exército brasileiro foi flagrado e fotografado naquela operação.

Essa é a face visível daqueles que se colocam contra o regime democrático. Seu aspecto menos conhecido é a ação daqueles que perderam o bonde da história quando houve a decisão de abrir o regime e passaram a trabalhar com tráfico de drogas, crime organizado e posteriormente as milícias, que hoje infestam a cidade do Rio de Janeiro. Esse grupo sempre tentou ter representação política. Encontrou na figura do capitão Jair Bolsonaro, truculento e pouco instruído, o candidato perfeito. Era o personagem favorável à tortura, contra a anistia e a favor da ditadura militar, deputado federal ideal para representá-los na alta política.

Bolsonaro, contra todas as expectativas, venceu a eleição sem partido forte, sem projeto e sem equipe. Ele se socorreu dos militares que, antes, haviam sido afastados do poder. O ajudante de ordens do general Sylvio Frota era o capitão Augusto Heleno, general e chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Foi ele que disse, na porta do Palácio da Alvorada, “infelizmente, Lula não morreu”. Nos Estados Unidos, Donald Trump, presidente, também fora dos padrões usuais daquele país, assumiu posição de direita radical na política interna e na área externa decidiu confrontar a China. No que foi imediatamente imitado por Bolsonaro.

O desalento da população com os resultados apresentados pela gestão do Partido dos Trabalhadores nos governos Dilma Rousseff e Lula produziram o fenômeno Bolsonaro. O fracasso dos petistas, que se enrolaram em sucessivas denúncias de corrupção na Petrobras — dentro e fora do país — e outros organismos do governo federal produziram a desolação, a descrença e o antipetismo que vicejou na eleição de 2018. Esse antipetismo elegeu um capitão despreparado para presidir a nação brasileira. Um desastre.

O tempo passou, o Supremo Tribunal Federal errou antes ou errou depois, mas o fato é que de presidiário Lula tornou-se pela terceira vez presidente da República. A votação foi apertada, vantagem de estreitos 2 milhões de votos, porque muitos brasileiros têm memória, ao contrário do que se pensa. Os desmandos de Bolsonaro funcionaram contra ele e fizeram surgir o antibolsonarismo, que ajudou agora a recolocar Lula no Palácio do Planalto.

Trata-se de desafio brutal, profundo, devastador, combate de vida ou morte para subir ao pódio dos grandes líderes brasileiros. Não há espaço para vacilo, nem erro. Lula não poderá agir da mesma maneira que fez antes e esperar resultados diferentes. Depois de chegar ao espaço gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto só lhe resta avançar para deixar seu cargo, daqui a quatro anos, maior do que entrou. Caso contrário, as acusações do passado vão reaparecer de forma explosiva na política brasileira. Momento dramático da história do Brasil.

Emprego e renda em 2023

» JOSÉ PASTORE
Professor da FEA-USP, presidente do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho da Fecomercio-SP, é membro da Academia Paulista de Letras

O ano de 2022 terminou com um expressivo aumento da população ocupada e uma boa redução da desocupada. Todavia, dois problemas continuaram preocupando: a alta informalidade e os baixos salários.

Esses problemas estão interligados. Apesar de o emprego formal ter aumentado em 2022, a informalidade ainda atinge cerca de 40% da força de trabalho. É um grupo que tem baixa produtividade e baixa remuneração. Isso faz com que cerca de 2/3 dos brasileiros que trabalham ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.424), o que é muito pouco.

A geração de empregos decorre basicamente de investimentos, e a melhoria da renda depende da qualidade dos trabalhadores e dos postos de trabalho. Nada disso muda de um ano para outro. O Brasil viverá com informalidade e baixa renda por muito tempo.

Mas, temos alguns sinais positivos para 2023. Inúmeros investimentos já estão em andamento. É o caso das concessões de obras e serviços públicos realizadas em 2021-22 nas áreas de energia, rodovias, ferrovias, aeroportos, comunicação (5G) e outras. Todas elas geram muitos empregos.

Ao lado disso, a pujança do agronegócio e da mineração deve continuar criando empregos diretos (nas cadeias do agro e do minério) e, sobretudo, indiretos (no comércio, serviços e setor público). Igualmente, a descarbonização da economia e a busca de energias limpas abrirão oportunidades de trabalho de longa duração. Em alguns ramos, haverá falta de pessoal qualificado como é o caso de energia, tecnologia da informação e atividades de proteção do meio ambiente.

Tudo isso é fácil de escrever, mas difícil de fazer. As oportunidades para investir e ganhar dinheiro no Brasil são imensas. Os investidores sabem disso.

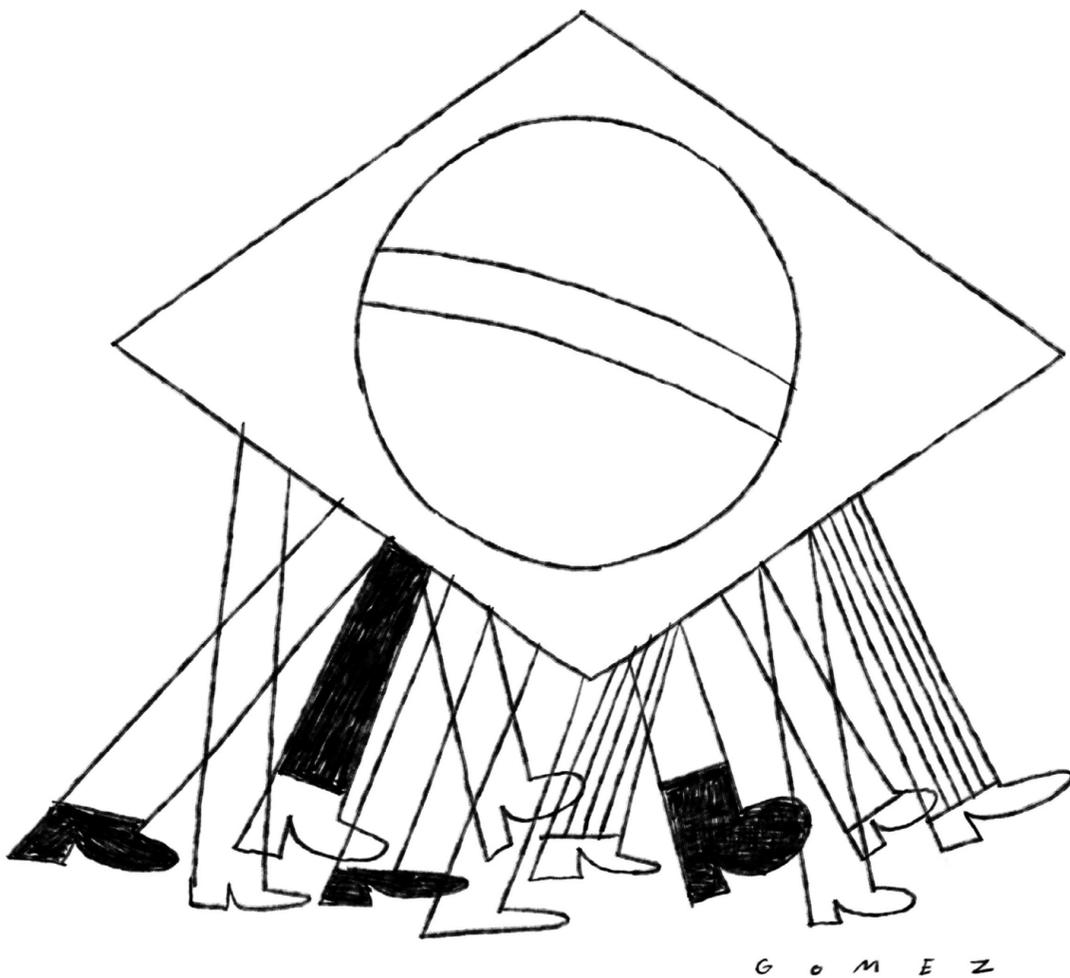
O novo governo é contra privatizações e a favor de um estado empreendedor. Como este não tem recursos para realizar grandes investimentos, será crucial implantar seriamente as parcerias público-privadas e fazer o PIB crescer.

Para atrair os investimentos privados, as decisões terão de ser rápidas e seguras. Esse é um grande desafio para os governos do PT que gostam de submeter assuntos complexos a discussões de leigos realizadas em demorados conselhos e conferências nacionais. O assembleísmo é um verdadeiro veneno para atrair investimentos.

Além disso, é crucial intensificar os programas de qualificação e requalificação profissionais. Nesse campo, é importante montar programas alinhados com a demanda presente e futura. Os burocratas de Brasília têm pouco conhecimento da qualificação requerida pelas atividades da nova economia.

Com as mudanças tecnológicas entrando em alta velocidade no sistema produtivo, os programas de qualificação e requalificação necessitam de uma aliança bem sedimentada entre empresas, escolas e governo. As empresas conhecem a demanda, as escolas conhecem a didática e o governo deve regulamentar e incentivar os referidos programas. Nenhuma das três partes é capaz de fazer tudo sozinha. É uma interface indispensável.

Quanto à prática do assembleísmo, uma coisa é coletar sugestões de pessoas qualificadas para formular boas políticas públicas. Outra coisa é usar o assembleísmo meramente para manter aquecida a militância político-partidária. Espero que o novo governo siga o primeiro caminho.



O novo MEC e seus desafios

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Começa 2023. Um novo ano de esperanças renovadas. O Brasil politicamente ainda muito dividido, mas torcendo para que aos poucos o novo governo vá acertando o pé, tanto no campo econômico quanto no social. O primeiro desafio é controlar a ansiedade daqueles que estão apostando no seu sucesso, como é o meu caso. Em várias áreas, especialmente no campo social, há um sentimento de grande retrocesso nos últimos quatro anos, muita coisa que andou para trás e que precisa ser recolocada rapidamente nos trilhos.

Esse é o caso da educação, que ficou refém de uma agenda ideológica na qual se incluíram as questões étnicas raciais e de gênero, o ensino domiciliar (homeschooling) e as escolas cívico-militares, acrescentando-se a isso uma educação fortemente impactada pela pandemia de covid-19 e um Ministério da Educação sem capacidade de coordenar as ações educacionais em regime de colaboração com os estados e municípios. O que se viu nesse período foi o crescimento da articulação do chamado terceiro setor (institutos e fundações de empresas) com essas duas unidades da Federação. Caso isso não tivesse acontecido, o cenário da educação brasileira, em termos do processo do ensino e da aprendizagem escolar, seria ainda muito mais dramático.

Mas é hora de olhar para a frente. Acredito que todos os que militam no campo das políticas públicas da educação (ou a larga maioria deles) receberam com grande entusiasmo a nomeação do ex-governador do

Ceará Camilo Santana para comandar o Ministério da Educação (MEC) nos próximos quatro anos, acompanhado pela também ex-governadora desse estado, Izolda Cela, que terá, por sua vez, a responsabilidade de comandar a Secretaria Executiva. Juntos fizeram um trabalho exemplar na educação cearense, com rebatimento no território nacional. O município de Sobral (CE) é o farol que ilumina a educação brasileira. O presidente Lula começou bem na educação.

No momento em que eu escrevia este artigo, o público ainda não tinha conhecimento dos nomes que deverão ocupar funções estratégicas para o sucesso desse novo MEC, a começar pela Secretaria da Educação Básica (SEB). Trata-se de uma função-chave, em face das inúmeras demandas no campo da aprendizagem escolar. O governo deve dar atenção especial à qualidade da educação básica, assegurando que todas as crianças tenham acesso à educação, permaneçam na escola, aprendam o que é esperado em cada etapa escolar e concluam esse nível educacional aos 17 anos.

Outra função estratégica é a do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Houve muitas mudanças no comando desse órgão, sem falar nas diretorias vinculadas a ele. Foi só mais recentemente que o governo que saiu acertou com a indicação do técnico de carreira Carlos Moreno — muito respeitado pela área da educação. Mas ele só chegou aos 45

minutos do segundo tempo. Um craque na área das estatísticas educacionais, Moreno tem sido o grande

responsável, ao longo dos últimos 20 anos, por vários relatórios produzidos pelo Inep, entre os quais aqueles vinculados aos censos da educação básica e do ensino superior. Há muita coisa a fazer, como o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a elaboração de um novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A construção do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034 também passa por esse órgão.

Outra área muito sensível é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao qual se destina boa parte do orçamento do Ministério da Educação. Entre outras funções, o FNDE tem a de transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Por ali passam prefeitos e governadores, com seus secretários de Educação. Trata-se, portanto, de uma área que requer toda a atenção do futuro comandante do MEC.

Ele vai precisar dar muita atenção às universidades e institutos federais de ensino superior, que estão com muitos buracos no orçamento. Foram bastante maltratados nestes últimos quatro anos. O ministro Camilo vai precisar levantar o moral da tropa. Vinculadas à qualidade do que essas instituições produzem estão as bolsas de mestrado e de doutorado, há muito tempo sem reajuste.

O ministro Camilo e sua equipe terão muito trabalho pela frente, num cenário de fortes restrições orçamentárias. Não será fácil. Todos os que torcem por uma educação de qualidade precisam ajudar. Estou confiante e com o velho entusiasmo de volta.